A Estratégia PCI

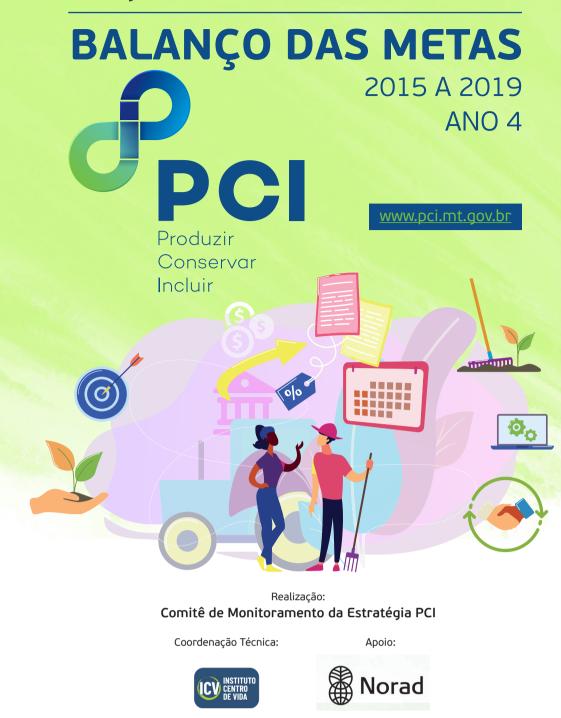
O lançamento da Estratégia PCI durante a COP21 em Paris, em dezembro de 2015, marca um novo momento na agenda de desenvolvimento sustentável no Estado. A visão da PCI para Mato Grosso é alcançar o desenvolvimento social e econômico através do uso sustentável da terra. É uma estratégia inovadora, construída em um processo participativo e que integra as agendas de atores públicos, privados e da sociedade civil, baseada em uma abordagem jurisdicional, promovendo a transição para um desenvolvimento sustentável em Mato Grosso.

Em 2019, o Estado deu importantes novos passos na implementação da PCI, através do Decreto Estadual 46 de 27 de fevereiro de 2019, que criou mecanismos de implementação da PCI no âmbito da Administração Pública Estadual, indicando a Casa Civil como coordenadora geral da Estratégia. E também ao conceber uma nova estrutura de governança para a Estratégia que inclui o Instituto PCI, associação privada sem fins lucrativos fundada em março de 2019, apontado por decreto como parceiro na implementação da Estratégia, com os objetivos, entre outros, de coordenar ações públicas e privadas, captar investimentos e sugerir políticas. As instituições fundadoras do Instituto PCI são: Agroicone, Amaggi, Earth innovation Institute – EII, EcoArts, Iniciativa para o Comércio Sustentável – IDH, Instituto Centro de Vida – ICV, Marfrig, e União Nacional do Etanol de Milho – UNEM.

Para conhecer mais sobre a Estratégia PCI, conhecer seus membros e notícias, acesse: www.pci.mt.gov.br



Estratégia Produzir, Conservar e Incluir em Mato Grosso



Monitoramento das metas da PCI

A Estratégia PCI está baseada em um amplo conjunto de metas divididas em três eixos: Produzir, Conservar e Incluir, que trazem concretude a seus objetivos e tornam possível seu monitoramento. O Comitê de Monitoramento da PCI foi formado no início de 2017 com o objetivo de avaliar os avanços em direção às metas, além de subsidiar o aperfeiçoamento e melhoria da efetividade de ações e garantir a transparência e credibilidade da estratégia para parceiros, investidores e sociedade em geral.

Para isso, inicialmente o Comitê trabalhou na definição de indicadores, linha de base e fonte para cada uma das metas em seus três eixos, que foram consolidadas no documento "Bases para o monitoramento das metas da Estratégia PCI", publicado em Julho de 2017. Os indicadores foram acompanhados e atualizados anualmente ao longo dos 4 primeiros anos da PCI (2016-2019).



Em 2020, organizações que participaram da PCI, incluindo entidades representativas da produção, empresas, organizações da sociedade civil e órgãos do governo do estado, foram convidadas a participar de um processo de avaliação participativa sobre a PCI, executado durante o segundo semestre de 2020. De forma colaborativa, representantes de 27 entidades participaram de mais de 26 horas de diálogo em quatro oficinas online sobre os avanços, dificuldades, aprendizados e resultados em torno das metas da PCI e apontaram sugestões para seu aprimoramento. O processo, apoiado pelo ICV, também contou com a realização de cinco pesquisas online cujos resultados subsidiaram as atividades nas oficinas.

Participaram do processo representantes das instituições: Acrimat, Amaggi, Arefloresta, Casa Civil, CAT Sorriso, CIPEM, EII, EDF, FEPOIMT, GIZ Brasil, ICV, IDH, Imea, Intermat, IPAM, Marfrig, Natcap, NWF, ONF Brasil, Produzindo Certo, RTRS, SEAF-MT, SEMA-MT, TFA, TNC e WRI Brasil.

Balanço das metas 2015 - 2019

Este balanço traz os resultados dos indicadores de monitoramento das 21 metas da PCI para os 4 primeiros anos de implementação da estratégia 2016 a 2019, e traz a referência da linha de base, referente ao ano de 2015, quando a PCI foi lançada. Também está incluído um breve resumo da percepção dos atores envolvidos na Estratégia sobre os avanços em cada um dos eixos, recolhidos durante o processo de avaliação.

Algumas lacunas de dados ainda permanecem e algumas fontes de dados foram revistas, de acordo com o compromisso de busca contínua pelo refinamento da metodologia e fontes de dados visando maior acurácia, que são atividades permanentes desse Comitê. A metodologia utilizada e o detalhamento da fonte de dados está na Nota Técnica que pode ser acessada pelo link ou código abaixo.

Com as propostas de melhorias em metas e indicadores recebidas nas oficinas de avaliação para cada eixo, o Instituto PCI espera em 2021 lançar uma visão repactuada da Estratégia para o período de 2021 a 2030.

Nota Técnica

Uma descrição completa da metodologia utilizada para o cálculo de cada indicador e das fontes de dados utilizadas está disponível em: http://bit.ly/NotaTecnicaPCI4

Ou acesse pelo código:



EIX	Ю	МЕТА	INDICADOR	FONTE DADOS	LINHA DE BASE 2015	ANO 1 2016	ANO 2 2017	ANO 3 2018	ANO 4 2019	RESUMO DA AVALIAÇÃO
PRODUZIR		Recuperar 2,5 Mha de áreas de pastagem de baixa produtividade até 2030	Não identificado	Não identificado	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	No Eixo Produzir, o objetivo da Estratégia é garantir com que o crescimento futuro da produção agropecuária seja acomodado dentro da área produtiva existente, através da intensificação e boas práticas na pecuária e da expansão de lavouras e florestas plantadas sobre áreas de pastagens, além de fomentar o manejo florestal sustentável. A avaliação apontou que 30,8% dos atores consideram que houve um avanço bom ou satisfatório nas metas do eixo produzir. Pouco mais que a metade dos participantes acreditam que o avanço seja pouco. Entre os principais avanços citados estão o aumento da produtividade com uso de tecnologia, a expansão da área sob manejo florestal e a expansão de grãos sobre pastagens. Os desafios incluem a melhoria das informações para o monitoramento adequado das metas e identificação de gaps, a consolidação do setor de base florestal além de acesso a crédito e articulação das cadeias produtivas.
		Aumentar a produtividade da pecuária para 95 kg/ha/ano até 2030	Kg / hectare / ano	IBGE / MapBiomas	57,0 kg/ha/ ano	58,8 kg/ha/ ano	61,7 kg/ha/ ano	67,0 kg/ha/ ano	73,5 kg/ha/ ano	
		Ampliar a área de grãos em áreas de pastagem degradada para 12,5 milhões de hectares até 2030	Área de grãos (soja)	MapBiomas	8,62 Mha	9,04 Mha	9,28 Mha	9,44 Mha	9,99 Mha"	
	r		Área (hectares) de agricultura do ano de referência que sobrepõe a área de pastagem do ano anterior	MapBiomas	198 mil ha	211 mil ha"	230 mil há	315 mil há	243 mil há	
	ODUZI	Aumentar a produção de grãos para 92 Mton até 2030	toneladas / ano	IBGE	49,2 Mton	41,6 Mton	60,4 Mton	57,8 Mton	63,7 Mton	
	Ţ	Ampliar a área sob manejo florestal sustentável para 6 Mha até 2030	Área sob regime de Manejo Florestal autorizado (hectares)	SEMA	2,6 milhões de ha	2,9 milhões de ha	3 milhões de ha	3,2 milhões de ha	3,7 milhões de ha	
		Ampliar a área de florestas plantadas em áreas já abertas para 800 mil ha até 2030	Área de silvicultura (hectares)	IBGE	286,8 mil ha	266,0 mil ha	263,4 mil ha	258.8 mil ha	290,8 mil ha	
			Área plantada de eucalipto e teca em áreas já abertas	Não identificado	-	-	-	-	-	
		Aumentar a produção de madeira plantada para 11,75 Mm³ até 2030	Volume da produção de silvicultura (metros cúbicos)	IBGE	1,59 milhões de m³	1,39 milhões m³	1,48 milhões m³	1,53 milhões m³	1,49 milhões m³	
CONSERVAR		Manter 60% da cobertura de vegetação nativa do Estado de Mato	Proporção de área de MT coberta por vegetação natural (primária e secundária)	MapBiomas	64,7%	64,4%	64,0%	63,5%	63,20%	No Eixo Conservar, a Estratégia PCI tem o objetivo de garantir com que áreas florestais sejam restauradas de acordo com as exigências legais e vegetação original remanescente no Estado seja conservada. Em relação às metas do Eixo Conservar, 20% dos participantes da avaliação consideram que as metas avançaram muito ou satisfatoriamente, mas para 70% o avanço ainda é pouco. Entre os avanços estão citadas as melhorias no controle do desmatamento, com a implementação do CEDIF, do Plano de Ação contra o desmatamento e investimentos feitos no monitoramento. Outro grande avanço foi notado na implantação e ampliação do Cadastro Ambiental Rural. Já os principais desafios ainda são identificados no controle da ilegalidade no desmatamento, e na velocidade de análises dos cadastros.
		Grosso	Proporção de área de MT coberta por vegetação secundária	MapBiomas	5,31%	5,24%	5,27%	n/d	n/d	
		Reduzir em 90% o desmatamento na floresta tendo como referência a linha de base: 2001-2010 (PRODES) de 5.714 km², alcançando 571km²/ ano até 2030	Área de vegetação desmatada mapeada pelo Prodes Floresta (km²)	PRODES - INPE	1.366 km²	1.313 km²	1.273 km²	1.363 km²	1.781 km²	
			Percentual de redução em relação à linha de base		76%	77%	78%	76%	69%	
		Reduzir em 95% o desmatamento no cerrado tendo como referência a linha de base de 3.016 km² (SEMA), alcançando 150 km²/ano até 2030	Área de vegetação desmatada mapeada pelo Prodes Cerrado (km²)	PRODES -	1.695 km²	1.165 km²	1.104 km²	988 km²	930 km²	
			Percentual de redução em relação à linha de base		44%	61%	63%	67%	69%	
		Eliminar o desmatamento ilegal até 2020	Área de Amazônia desmatada sem autorização no estado km²		1.255 km²	1.207 km²	1.105 km²	1.143 km²	1.417 km²	
	AK		Área de Cerrado desmatada sem autorização no estado	PRODES - INPE / SEMA	1.659 km²	1.153 km²	1.068 km²	932 km²	822 km²	
	JINSER		% de desmatamento não autorizado sobre o total		95,4%	96,4%	92%	89,5%	87%	
	3	Conservar 1M ha de área passível de desmatamento legal	Área passível de desmatamento legal preservada (hectares)	IPAM	7 Mha	7 Mha	7 Mha	7 Mha	7 Mha	
			Área passível de desmatamento legal recebendo algum incentivo econômico	Não identificado	-	-	-	-		
		Cadastrar 90% dos imóveis rurais (CAR) até 2016	Área cadastrada no estado em relação a área cadastrável	*SICAR - SFB (2015 - 2016) / SIMCAR - SEMA (2017 - 2019)	69%*	80,4%*	28,4%	50,8%	59,8%	
		Validar 100% dos CAR até 2018	Área de CAR validado no estado em relação aos inscritos	SEMA	-	-	-	6,98%	6,65%	
		Recompor 1M ha (100%) de APP degradada até 2030	Área de APP em regeneração (hectares)	Não identificado	-	-	-	-	-	
		Regularizar 5,8M ha (100%) de Reserva Legal, sendo 1,9 M ha por recomposição, até 2030	Área de RL em regularização por compensação e por recomposição (hectares)	Não identificado	-	-	-	-	-	
INCLUIR		Ampliar o atendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) da agricultura familiar para 100% das famílias até 2030	Proporção de famílias atendidas por ATER	EMPAER	31,80%	30,20%	27,89%	-	46,17%	No Eixo Incluir, o objetivo da PCI fazer com que a agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais possam participar do processo de desenvolvimento, melhorando seus padrões de vida. Em relação às metas do eixo I, a grande maioria, 83% dos participantes da avaliação consideram que pouco se avançou, principalmente na questão de assistência técnica e regularização fundiária. Mesmo com alguma evolução no acesso a crédito e a mercados institucionais, a pesquisa apontou que ainda há um longo caminho a ser percorrido até a inclusão socioprodutiva satisfatória de pequenos e médios produtores. Concluiu-se que, havendo mais articulação nas cadeias produtivas, mais inovação e pesquisa e um incremento na assistência técnica, o eixo de inclusão social poderá evoluir ainda mais no futuro.
		Aumentar participação da agricultura familiar no mercado interno para 70% até 2030	Não identificado	Não identificado	-	-	-	-	-	
		Ampliar participação dos produtos de agricultura familiar nos mercados institucionais para 30% até 2030	Participação (%) de produtos da Agricultura Familiar comercializados no PNAE / total	SEDUC	13,4%	13,3%	13,5%	25,5%	26,6%	
	YIO1,		Valor total de produtos da agricultura familiar comercializado no PNAE (R\$)	SEDUC	R\$ 4,6 milhões	R\$ 4,3 milhões	R\$ 5,2 milhões	R\$7,03 milhões	R\$ 7,3 milhões	
			Valor total de produtos da agricultura familiar comercializado no PAA (R\$)	Conab	R\$ 9 milhões	R\$ 5,7 milhões	R\$ 1,3 milhões	R\$ 1 milhão	R\$0,9 milhão	
			Proporção da comercialização no PAA de Mato Grosso em relação ao Brasil	Conab	3,1%	2,9%	1,1%	2,0%	2,9%	
		Aumentar o acesso a crédito de R\$411 milhões para R\$1,3 bilhões/ ano até 2030	Valor de financiamento acessado pela agricultura familiar no estado	Bacen	R\$ 881,9 milhões	R\$ 876,4 milhões	R\$ 816,4 milhões	R\$ 934,5 milhões	R\$ 918 milhões	
		Realizar a regularização fundiária de 70% dos lotes de agricultura familiar até 2030	Proporção de lotes titulados em assentamentos federais	Incra	5,0%	-	-	3,4%	9,3%	
			Proporção de lotes titulados em assentamentos estaduais	Intermat	10%	-	-	-	-	